

Epistemologias do “colonial” e da descolonização linguística: uma reflexão a partir de África*

Inocência L. S. Mata^a

Resumo

Um dos lugares mais efectivos de dominação colonial foi, no caso do colonialismo português, a língua portuguesa, através da qual o negro africano poderia ser considerado cidadão segundo um articulado legal (que se foi aperfeiçoando até chegar ao “Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique”, 1954). A língua portuguesa foi, assim, o único veículo linguístico de cidadania, sendo restrito o uso das línguas nativas – consideradas, de modo desprestigiante, dialectos – no domínio público formal e oficial, situação que se vem prolongando nas políticas linguísticas dos Estados pós-coloniais. Este texto propõe-se a reflectir sobre essa herança colonial, desvelando os meandros da epistemologia da descolonização assim como as condições do que conta como conhecimento sobre as relações de poder entre as línguas em presença em África (Europeias e nativas), em particular nos Cinco países africanos de língua oficial portuguesa.

Palavras-chave: *colonização, África, língua portuguesa, descolonização linguística.*

* Foi mantida, neste artigo, a ortografia original do português europeu.

Recebido em: 22/03/2019

Aceito em: 05/04/2019

^aUniversidade de Lisboa. E-mail: mata.inocencia@gmail.com

Language, any language, has a dual character: it is both a means of communication and a carrier of culture.

Ngugi wa Thiong’o¹

É conhecida a produtiva polémica que, nos idos de 1960 (em Junho de 1962 mais precisamente), na *Conference of African Writers of English Expression*, na Universidade de Makerere, Kampala (Uganda), opôs o nigeriano Chinua Achebe ao queniano Ngugi wa Thiong’o sobre a problemática linguística da literatura africana e o lugar da língua inglesa – mas poderia ser a francesa ou a portuguesa. Desta polémica resultaram produções ensaísticas dos dois escritores africanos, ainda hoje citados, de que se destacam o denso ensaio de Chinua Achebe *English and the African Writer*² (1965) e *Decolonising the Mind: the Politics of Language in African Literature* (1986), um livro de Ngugi wa Thiong’o sobre o “problema da língua”, dedicado a “todos os que escrevem em línguas africanas e que, ao longo dos anos, têm mantido a dignidade da literatura, cultura, filosofia e outros tesouros transmitidos através de línguas africanas” (THIONG’O, 1986, dedicatória).

No entanto, o âmbito da problemática linguística da literatura africana é por isso, apenas, o ponto de partida da reflexão que se segue sobre concepções, percepções, categorizações e discursos acerca de contextos sócio-históricos multiculturais e multilinguísticos africanos, ainda sob o feito da herança colonial – como são os países africanos, nos quais “os efeitos ideológicos da colonização [se] materializa[ra]m em consonância com um processo de colonização linguística, que sup[unha] a imposição de ideias linguísticas vigentes na metrópole” (MARIANI, 2004, p. 25).

Esta discussão, aparentemente inadequada hoje, não se reporta apenas ao “uso” da língua inglesa na literatura produzida por africanos cujos países elegeram essa língua como língua oficial, consignada ou não na Constituição, isto é, língua a ser utilizada em todos os actos do poder público estatal, quer de direito externo (tratados e convenções internacionais), quer de direito interno, em documentos tais como Constituição, leis ordinárias, actos políticos, sentenças judiciais, actos administrativos, discursos oficiais, entre outros (CASTRO, 2007, p. 607); ela tem também a ver, como os supracitados textos demonstram, com o lugar da língua

¹ NgugiwaThiong’o, “The Language of African Literature”. In: Patrick Williams and Laura Chrisman, *Colonial Discourse and Postcolonial Theory*. New York/London: Harvester Wheatsheaf, 1994, p. 435.

² Este artigo é republicado no livro *Morning Yet on Creation Day* (New York: Anchor Press/Doubleday, 1975), de Chinua Achebe, com o título “The African Writer and the English Language”.

na construção da cultura, história e identidade nacionais, e o papel, hoje, das línguas europeias nas sociedades africanas e a sua relação com as línguas nativas; ela tem a ver, enfim, com os meandros da epistemologia da descolonização, aqui entendida como ideia, reflectida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento sobre as relações de poder entre as línguas em presença em África, em particular nos Cinco países africanos de língua oficial portuguesa³.

Este texto propõe-se por isso a reflectir sobre a herança colonial que, neste capítulo da(s) língua(s), os africanos talvez não estejam a saber, *grosso modo*, gerir, e que diz respeito ao funcionamento hegemónico das línguas europeias, em detrimento das línguas africanas, designadas nacionais.

1. Antecedentes ideológicos do lugar da língua portuguesa em África

E como a língua depende do ambiente em que se vive, cada povo criou a sua própria língua.

Amílcar Cabral⁴

Nos princípios do século XX, com a consolidação da legitimidade sobre parte dos territórios que lhe couberam na Conferência de Berlim (1884/1885), Portugal construiu uma estrutura ideológica em que se baseava a instalação das estruturas em diferentes campos da actividade social (no capítulo da educação, cultura, saúde, economia), construindo-se o sistema do colonialismo – que pode definir-se como a exploração dos recursos naturais com a utilização das gentes da terra⁵.

Através de leis, consignadas primeiro a partir de 1917, em forma de diploma em 1926 no *Estatuto Político, Social e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique* e definitivamente aperfeiçoadas no *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique* (Decreto-lei n.º 39666, de 20 de Março de 1954), o Estado colonial promoverá uma clivagem social das comunidades africanas então separadas em dois grupos: civilizados (cidadãos) e indígenas (não cidadãos) – para além do terceiro grupo, os brancos – legalizando a discriminação étnica e racial. E o veículo principal dessa discriminação era a língua portuguesa.

³ Doravante referido somente como *os Cinco*.

⁴ Amílcar Cabral, “A questão da língua. Combater o oportunismo na cultura”. In: *Jornal Nô Pintcha* (Bissau), 21 de Fevereiro de 1976a, p. 3.

⁵ Não quero afirmar que o “colonial” se limite apenas ao factor económico. Estão bem estudadas por Franz Fanon as implicações psicológicas muito mais perigosas do “colonial”, bastando para tal reler a obra fanoniana, sobretudo *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1952).

É que o articulado do *Estatuto dos Indígenas* de 1954, que definia, no artigo 2º, quem era considerado indígena, consignava, no seu artigo 4º, que cabia ao Estado português promover

por todos os meios o melhoramento das condições materiais e morais da vida dos indígenas, o desenvolvimento das suas aptidões e faculdades naturais e, de maneira geral, a sua educação pelo ensino e pelo trabalho para a transformação dos usos e costumes primitivos, valorização da sua actividade e integração activa na comunidade, mediante acesso à cidadania.

Assim, uma das condições para que o negro africano pudesse tornar-se um cidadão português, o que vem regulamentado no capítulo III, “Da extinção da condição de indígena e da aquisição da cidadania”, cujo artigo 56º define como uma das condições dessa possível aquisição do estatuto de cidadão, era a de “saber ler, escrever e falar português correntemente”⁶...

Por isso, não é fácil reflectir, ainda hoje, sobre a questão do lugar da língua portuguesa nos países africanos outrora colonizados por Portugal e a sua relação com as línguas autóctones, designadas línguas nacionais, sem referir a colonização linguística executada através da política colonial do assimilacionismo cultural que, no tocante à língua, promovia a inferiorização das línguas africanas, então consideradas *dialectos*. Dessa subalternização resultava um complexo processo de *internalização* da dominação ante a violência colonial (que atingia não apenas a língua, mas também a alimentação, os usos e costumes, o vestuário, as práticas sociais e religiosas, os padrões culturais – de beleza, por exemplo – e até os domínios de ordem mesológica). É verdade que para Amílcar Cabral – diferentemente de Frantz Fanon que preconizava que a libertação passava pela rejeição do “idioma colonial”, isto é, a língua do colonizador – a língua é, apenas, “um instrumento para que os homens se relacionem entre si, um instrumento, um meio para falar, para expressar as realidades da vida e do mundo.” (CABRAL, 1976b, p. 3).

O certo é que essa internalização da dominação (hoje falar-se-ia de subalternidade) tinha como consequências a alienação cultural, a fragmentação da identidade cultural (que Fanon estudou no âmbito da psiquiatria, por isso a ela se refere como alienação mental) – razão pela qual, na sua

⁶ Sobre o assunto, ver o verbete “Assimilacionismo” de Lorenzo Macagno. Lívio Sansone e Cláudio Alves Furtado (Org.), *Dicionário Crítico das Ciências Sociais Humanas dos Países de Fala Oficial Portuguesa*. Salvador: ABA Edições/EDUFBA, 2014.

análise a *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Achille Mbembe (2011) considera a “extensão dos sofrimentos psíquicos causados pelo racismo e pela presença viva da loucura no sistema colonial. Com efeito, em situação colonial, o trabalho do racismo visa, em primeiro lugar, abolir toda a separação entre o eu interior e o olhar exterior” (MBEMBE, 2011, p.2)⁷.

Esses traumas vão prolongar-se no período pós-colonial na medida em que modificam e subvertem a comunidade e os sujeitos colonizados: estes não podiam viver (n)a sua língua materna sem o ônus de um estatuto inferior, nem se sentir livres em se exprimirem nas suas próprias línguas sem que, para o regime colonial, se transformassem em sujeitos *acívicos*, indígenas (estatuto civil) ou gentios (estatuto religioso). A língua portuguesa era, assim, o único veículo linguístico de cidadania, pois, como considera Jean Calvet (1974), restringindo o uso das línguas nativas ao domínio público formal e oficial, a política linguística⁸ colonial teve um efeito glotofágico, que se vem prolongando, como veremos mais adiante, nas políticas linguísticas dos Estados pós-coloniais.

Dessa assimilação cultural, que António da Silva Rego definiu, em 1958, como “o processo pelo qual o povo colonizador procura elevar até si, por todos os meios ao seu alcance, os indivíduos ou indígenas colonizados” (*apud* VERA CRUZ, 2006, p. 167), resultou o assimilado a quem, por oposição ao indígena, eram garantidos, embora com restrições, privilégios sociais em “troca” da rejeição da sua própria cultura, incluindo a língua materna, para poderem ter acesso a funções na hierarquia administrativa colonial. É assim que essa política promovia, com o intuito de “dividir para reinar”, conflitos de interesses entre os assimilados e os restantes africanos (os considerados indígenas), que os identificavam como sendo agentes ao serviço do sistema colonial. A ideia de um “Caliban prosperizado” (Sousa Santos, 2003) ganharia, aqui, sustentação se verificarmos que o sistema colonial se serviu de agentes locais cuja subalternidade foi interiorizada (condição constituinte da ideologia colonial). Na verdade, a política de assimilação surge, neste âmbito, com o objectivo de excluir as culturas das comunidades nativas da política cultural adoptada pelo regime colonial, a fim de se formar uma classe de intermediários do poder colonial. É a esse sistema cultural que Bernard Muralis, partindo da definição de cultura colonial

⁷ Achille Mbembe, “L’universalité de Frantz Fanon”. *Frantz Fanon Œuvres*, Paris: La Découverte, 2011. Existe uma tradução portuguesa deste ensaio, a partir da qual se cita Mbembe: http://www.lepoint.fr/grands-entretiens/frantz-fanon-a-un-nom-des-damnes-de-la-terre-05-12-2011-1403906_326.php (Acesso: 26 de Fevereiro de 2015).

⁸ Entende-se, aqui, por política linguística uma ideologia política referente à questão da(s) língua(s), isto é, um articulado de normas, ideias e práticas estabelecidas por um Estado para regular e regulamentar as relações entre as línguas em presença.

de Aimé Césaire, designa como ideologia colonial, um sistema de representações forjado pelo colonialismo cuja função "é essencialmente explicar e justificar os determinismos internos que, tanto na sociedade do colonizador como na do colonizado, permitiram e legitimaram o estabelecimento da situação colonial" (MOURALIS, 1984, p. 21). Com efeito, as normas e os procedimentos que regiam as relações sociais estabelecidas entre o colonizador e o colonizado tinham como base essencial a discriminação com base em diferenças sociais, culturais e linguísticas, situação que Bethania Mariani, no seu estudo sobre a colonização linguística, expõe da seguinte forma:

Quando construída pela ótica do colonizador no seu relato histórico, a noção de colonização nem dialetiza os diferentes sentidos produzidos na tensão resultante dos povos em contacto, nem admite que a resistência das terras, dos povos e suas línguas possa criar raízes no seu próprio discurso de colonizador, levando-o a ressignificar seu imaginário de forma a manter uma hegemonia. (MARIANI, 2004, p. 23)

2. Que língua de herança colonial?

I feel that the English language will be able to carry the weight of my African experience. But it will have to be a new English, still in full communion with its ancestral home, but altered to suit its new African surroundings.

Chinua Achebe⁹

⁹ Chinua Achebe, "English and the African Writer". In: *Transition*, no. 75/76, The Anniversary Issue: Selections from *Transition*, 1961-1976 (1997), p. 349.

¹⁰ É óbvio que neste grupo nem a Guiné-Equatorial nem Macau estão incluídos: primeiro, porque me refiro a países em que a língua portuguesa é realmente falada e não a países que a têm, por razões de ordem estritamente política, como língua oficial (a Guiné-Equatorial e Macau) ou países formalmente da CPLP (Guiné-Equatorial) ou a uma região onde a língua portuguesa seja língua de comunicação senão num grupo muito identificado, o dos seus falantes (Macau).

Ao reflectir sobre as linhas temáticas propostas quando me sentei para começar a escrever, percebi que elas me levavam, talvez dadas as minhas obsessões enquanto cidadã (e não apenas como profissional), a desdobramentos que apontavam para o lugar da língua portuguesa nos países africanos que a têm como língua oficial, seja como língua de comunicação seja como língua de produção cultural, mormente literária no caso.

Neste contexto, a direcção parece apontar para um trabalho de desvelamento de um macrotexto cultural composto de oito vozes sistemicamente constitutivas como variedades da língua portuguesa, a saber: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste¹⁰. Tenha-se presente, porém, que, ao falar-se nos

Cinco países africanos (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe), a diversidade esconde-se por detrás desse bloco que ainda se designa através de um elemento – a língua – gerador da sua própria diversidade, não se nomeando a hierarquização que de facto existe entre as línguas em presença nestes espaços. É que neles se está perante três situações fundamentais e transversais: o monolinguismo numa das línguas autóctones africanas, em crioulo ou em português; o bilinguismo: português e uma ou mais línguas africanas, português e crioulo; e plurilinguismo em duas ou mais línguas africanas (kikongo e kimbundu – entre o Uíge e o Bié, se se pensar em Angola, por exemplo; ou em balanta e felupe, num exemplo retirado da Guiné-Bissau)¹¹. Tenha-se também presente que o plurilinguismo é uma realidade comum em África – e neste sentido, naquilo que é considerado um dos critérios de modernidade, mesmo ditados por uma ideologia eurocêntrica, a África é de uma modernidade interessante: com efeito, os africanos que falam uma só língua constituem uma minoria em África, apesar de esta “vantagem” nunca ser tida em conta pois, na maior parte das vezes, a segunda ou terceira línguas não é uma língua europeia...

Uma reflexão sobre a língua não é produtiva se se opuser à sua preservação a diversidade, a difusão e expansão, obliterando as várias valências culturais que o *saber-sentir* dos falantes dos espaços receptores, que não o têm como único idioma. Uma sociedade que pretenda viver de forma harmoniosa a sua diversidade, cultural ou linguística, tem de conciliar a sua dimensão universalizante com a singularização para o que ela remete: o preço que uma língua mundial deve estar preparada para pagar é, diz Chinua Achebe (1997, p. 347), a submissão a muitos tipos diferentes de uso, a fim de criar um inglês que seja ao mesmo tempo universal e capaz de transportar sua experiência peculiar.

Esta filosofia de apropriação implica, obviamente, uma abordagem simultaneamente estrutural e funcional no uso da língua, com objectivos diferentes em relação quer com o sistema linguístico em si, quer com o sistema cultural expresso no mesmo idioma. Por esse processo, convocam-se estratégias que permitem explorar não apenas as especificidades de cada expressão nacional, que é suposto a linguagem estética captar, mas também chegar ao conhecimento de realidades

¹¹ Há ainda casos de falantes nativos de três línguas africanas que, porém, constituem casos raros. Outrossim, há também uma outra situação, a de diglossia, que não constitui peculiaridade de nenhuma sociedade específica, apesar de a sociedade cabo-verdiana ser, neste contexto, porventura aquela em que esta situação se verifica com alguma frequência. Ver: Dulce Almada Duarte, *Bilinguismo ou Diglossia?*, Praia: Spleen Edições, 1998.

culturais próximas para que seja reforçada a familiarização com variedades de um mesmo veículo de expressão cultural de outros povos que nele se inscrevem como segmentos de um universo plural.

É, pois, no plural que se deve referir políticas de línguas em muitos dos países africanos, portanto numa perspectiva multilateral, uma vez que em questão estão línguas em convivência – e nestes casos, não sem antes referir o lugar da língua portuguesa nos Cinco e ao seu estatuto exclusivo de oficialidade. É sabido que, devido à frágil cidadania das outras línguas (apesar de serem línguas de socialização), este estatuto de exclusividade, assegurado pelo grupo etnossociocultural daqueles que têm o português como língua materna, confere-lhe funcionamentos completamente diferentes.

Aqui, vou sintetizar esses funcionamentos, retomando uma proposta classificativa, um tanto simplista embora "funcional", para se perceber o lugar diferente do português nesses países, apesar do facto de ser sempre língua de poder, numa altura (1994) em que ainda não se havia feito a avaliação dos efeitos linguísticos das guerras civis nesses países: língua "nacionalizante" e "afectiva" em Angola, "solene" em Cabo Verde, "língua-passaporte" na Guiné-Bissau, "língua política" em Moçambique e "língua irmã" em São Tomé e Príncipe (CAVACAS, 1994).

Estamos, não obstante a ligeireza da tipologia apresentada, perante cinco situações diferentes, com especificidades que raramente são consideradas em reflexões sobre "o português em África", muitas vezes de difícil realização devido a critérios extrínsecos a uma discussão científico-cultural. E essa diferença ditará *políticas de línguas* diferentes, onde as houver...

Uma dessas dificuldades diz respeito à ideia consensual de que, se a língua é um elemento da nação, é um elemento que não pode ser tomado como suficiente, conforme já considerava Ferdinand de Saussure (2012)¹². Com efeito, há outros elementos de construção nacional que vão desde a natureza (ou a relação com o espaço físico) aos comportamentos linguísticos, às práticas sociais, à memória histórica, à memória cultural (que pode começar por ser literária). Há, assim, uma série de "critérios" de identificação comunitária (actos, gestos, falas e "objectos" significativos de vária ordem) que funcionam como símbolos e através dos quais, segundo

¹² Há ainda um texto interessante de Jorge Borges de Macedo, "A língua portuguesa como estratégia a considerar na estratégia de cultura". Comissão Nacional da UNESCO, *A Paz pelas Línguas: que prioridades para uma política de língua portuguesa?*, Lisboa, 24 de Março de 1994.

Montserrat Guibernaut, “os indivíduos se comunicam uns com os outros e partilham suas experiências, concepções e crenças” (GUIBERNAUT, 1997, p. 96).

O que não quer dizer, neste contexto, que a língua portuguesa não seja uma das *línguas de identidade* – e, portanto, nacional – nos Cinco países: é-o na medida em que é língua materna de muitos cidadãos desses países, mesmo que seja, como no caso evidente da Guiné-Bissau ou de Moçambique, uma minoria (à exceção de São Tomé e Príncipe em que, segundo dados do IV Recenseamento Geral, de 2012, metade da população a assumiu como primeira língua enquanto 95% afirma comunicar-se bem em português)¹³.

No entanto, a língua portuguesa, que tem vindo a ser olhada como língua sem “marcação étnica”, não deixa de o ser em certa medida, mas sobretudo em termos étnicos mas também sociais (de classe) e culturais, sendo a rasura étnica vista por alguns como a sua mais-valia: é que a sua vinculação, porque é também de classe, talvez tenha facilitado que se tornasse na língua mais dispersa de cada território. Trata-se, por outro lado, de uma língua que, na sua relação com as outras línguas africanas, tem um funcionamento glotofágico, porque hegemónico, dada a sua posição exclusiva como língua de poder, e não, obviamente, pela sua natureza intrínseca.

É neste âmbito também, reportando-me ao que atrás ficou sugerido no segmento deste texto intitulado *Antecedentes ideológicos do lugar da língua portuguesa em África*, que se tornam pertinentes as palavras de Mia Couto (2001), que se reportam ao caso moçambicano mas se adequam a outras realidades, com ênfase para os casos angolano e guineense (uma vez que os casos insulares têm uma lógica um tanto diferente, embora se possa encontrar nas duas realidades, cabo-verdiana e são-tomense, uma diferença de grau mais do que de natureza):

Durante o presente século [entenda-se: século XX], a política portuguesa em África foi orientada no sentido de fabricar uma camada – os assimilados – capaz de gerir a máquina colonial *mesmo depois do colonialismo*. Os candidatos a assimilados deviam virar costas à sua religião, abdicar da sua cultura, romper com suas raízes. Uma das fronteiras entre “civilizados” e “não-civilizados” passava pelo domínio da língua do colonizador. O colonialismo português aceitava conceder o estatuto de cidadão a estes portugueses de pele preta, na esperança de que estes viessem

¹³ Há neste aspecto da língua falada pelos recenseados algumas dúvidas quanto à metodologia deste censo no que diz respeito à fidelidade dos resultados, mas esta questão não cabe nesta breve reflexão.

a se tornar os futuros reprodutores e gestores da instituição colonial. *Estava-se forjando, afinal, a ordem colonial de hoje – um colonialismo que se indigenizou, um colonialismo que dispensa colonos.* (COUTO, 2001, p. 349 – grifo nosso)

Resulta desse prolongamento da “ordem colonial” – ou dele é efeito – o privilegiamento do reforço do Estado-nação (pós-colonial): é que esta entidade tende a ser construída contra os interesses culturais e cívicos da maioria e do projecto de construção nacional em prejuízo da construção de uma cidadania plena, devido às fragilidades da soberania emergentes de alianças internacionais, mais empenhadas nas preocupações estratégico-ideológicas do que nas causas de desenvolvimento humano e social das populações.

Tais derivações temáticas seriam lugares-comuns se não fossem muito importantes e determinantes em qualquer projecto político de construção de uma cidadania participativa, sobretudo quando se fala de países em que o português começou por se confrontar com as outras línguas, tendo passado de língua de dominação e de colonização à língua de libertação e de independência – isto é, instrumento de emancipação anticolonial, havendo, por isso, quem lhe tivesse chamado *troféu de guerra*, expressão que se acredita ser da lavra de Luandino Vieira (1981)¹⁴. Até aqui, nada de especificamente africano, pois a célebre metáfora shakespeariana de Próspero e Caliban é ilustração desse espontâneo desejo de emancipação universal: apoderar-se da arma do dominador para o combater!

Ademais, a língua portuguesa assume-se, como já foi referido, de forma inequívoca, como língua de poder e que, marcando os limites da territorialidade geográfica, é um elemento incontornável do projecto identitário – de identidade nacional – sobretudo nos casos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. O reconhecimento desta dinâmica histórica leva a uma conclusão, se não unânime, pelo menos consensual: a de que a língua portuguesa é a mais apropriada para fundamentar a unidade territorial dos países em questão – países emergentes cuja agenda do dia era/é o projecto nacional e a sua inserção no mundo.

Seria, portanto, quanto a mim, vã glória discutir a questão em termos de reversão desse estatuto de língua de Estado mais de quarenta anos depois, senão por razões de conhecimento do

¹⁴ Sobre esta questão de “troféu de guerra”, ver o rodapé da página 16 do meu texto “No fluxo da resistência: A literatura, (ainda) universo da reinvenção da diferença”. In: *Gragoatá*, Niterói, n. 27, p. 11-31, 2. sem. 2009.

passado para a compreensão do presente: é que é incontestável não apenas a institucionalização da língua portuguesa como oficial (e, portanto, como língua de poder) como também como língua nacionalizada, melhor, *naturalizada* ou *nativizada*, como factor cultural (que é qualquer língua), adoptada, reapropriada e *ressemantizada* (e não é preciso pensar em Luandino Vieira ou em Mia Couto, portanto em literatura como única propulsora dessa reinvenção linguística). Considera a propósito Achebe o seguinte:

Those of us who have inherited the English language may not be in a position to appreciate the value of the inheritance. Or we may go on resenting it, because it came as part of a package deal that included many other items of doubtful value, especially the atrocities of racial arrogance and prejudice which may yet set the world on fire. But let us not, in rejecting the evil, throw out the good with it. (ACHEBE, 1997, p. 345)¹⁵

A língua portuguesa, em contacto com as línguas locais africanas, mesmo se primeiramente só usada em situações estritamente de funcionamento utilitário (como considerou Amílcar Cabral, 1976a, 1976b), foi sofrendo inúmeras e variadas transformações e causando outras consoante as condições espaço-temporais – e, sim, as literaturas africanas fornecem-nos exemplos extraordinários desse processo de transformação e de múltiplas diglossias que a Linguística e reflexões sobre o ensino português como língua não materna têm vindo a sistematizar e os estudos literários africanos têm ilustrado.

Também deveria ser incontestável a ideia de que, se existem pelo menos oito normas da *fala*, nem por isso existem oito normas da *língua* não obstante os outros tantos “proprietários”. Por isso, os reveses que a língua portuguesa pode sofrer (e sobretudo nos últimos tempos tem sofrido muitos, dos próprios falantes) tanto dirão respeito a um brasileiro, a um angolano como a um são-tomense – e não primeiramente a um português *em particular*, como certas consciências ainda parecem assumir. E não obstante estar convencida de que a questão linguística é sobretudo política, esta é uma reflexão que pretendo que se situe na área científico-cultural.

¹⁵ Nós que herdamos a língua inglesa podemos não estar em posição de apreciar o valor dessa herança. Ou podemos continuar a nos ressentir, porque veio como parte de um pacote que incluía muitos outros itens de valor duvidoso, especialmente as atrocidades de arrogância racial e o preconceito que ainda podem incendiar o mundo. Mas não vamos, ao rejeitar o mal, jogar fora o bem com ele (ACHEBE, 1997, p. 345). (tradução livre).

3. Para além do discurso político, os programas

Cada sociedade tem a linguística das suas relações de produção.

Jean Calvet

Começo este trecho da minha reflexão com um triste episódio que se passou comigo numa repartição na cidade de São Tomé há alguns anos: entrei numa repartição de serviços públicos para levantar um documento num horário (13.30-13.45) em que teoricamente as pessoas deveriam estar a trabalhar pois a Função Pública cumpria o horário único (das 7.00 às 15.00). Dentro, cerca de uma dezena de funcionários "descansava" em amena cavaqueira como se eles estivessem no seu horário de almoço, indiferentes aos muitos cidadãos, claramente pobres e despossuídos civicamente, que esperavam visivelmente impacientes com o desrespeito dos servidores públicos. Nem um funcionário se dignou a olhar para quem tinha entrado. Mais um, que espere. Esperei cerca de cinco ou sete minutos ao *guichet* e já irritada com a situação perguntei: "Não há ninguém que atenda aqui? Estamos no horário de atendimento, não?". Então olharam para mim visivelmente espantados. E precipitaram-se para me atender (três são as hipóteses para esta reacção: a) reconheceram-me; b) aperceberam-se de que eu não vivia no país por causa da minha "ousadia" em confrontá-los; c) aperceberam-se de que eu não vivia no país por causa do meu "português"; d) existe uma quarta hipótese, mais venal e cumulativa, que tem a ver com a forma como me apresentava vestida - em qualquer dos casos, não valia a pena arriscarem um diferendo e então resolveram "despachar-me"). Mas o insólito da situação é que regressaram à modorra anterior. E quando eu ia a sair, sob o olhar entre invejoso e inquiridor dos presentes que já lá estavam, uma mulher que amamentava uma criança, certamente lá há muito tempo dado o desarranjo da roupa e do bebé, interpelou-me num português popular, aquele português de alguém que não apenas não é instruído mas que não domina a língua, alguém que "denuncia" o seu lugar social logo que abre a boca, e disse-me: "Dona, não vai já não, fica mais um bocadinho, senão eles não liga gente não". Senti um amargo desconforto. Ainda hesitei, mas não parei e saí da repartição.

Esta história persegue-me desde então. E, em face das quatro hipóteses acima avançadas, o facto de eu falar um português diferente de outro que se fala em São Tomé e Príncipe, a começar pelo sotaque, parece-me a mais consistente. Mais do que um processo de endoglossia, estava patente que a discriminação começava pela variedade do português falado.

Ora, durante muito tempo, desde a independência dos Cinco países, tem-se assistido a uma constante justificação sobre a “inevitabilidade histórica” do estatuto que a língua portuguesa desempenha nestes países, isto é, do acesso e da viabilidade do seu estatuto como língua oficial. De tão banalizada, a questão foi ganhando interferências outras, tornando muito ideológicas a abordagem e a reflexão sobre a problemática (nos vários usos da língua e do ensino) enquanto se cristalizava um discurso em que razões políticas, culturais e pragmáticas digladiam com interesses de mercado, da política e de classe, etnia e raça. O resultado desse confronto ideológico tem sido um maniqueísmo reductor, que esteriliza a discussão dadas as intenções teleológicas que a ela subjazem, adivinhadas ou explicitadas.

Nessa discussão, não é raro esquecer-se de que as razões das decisões dos Estados africanos sobre a oficialidade das línguas europeias, na maior parte dos casos com estatuto de exclusividade, são históricas, políticas, sociais, administrativas, até científicas e diplomáticas – vale dizer, pragmáticas; mas não podem ser tidas como definitivas e irreversíveis, como se essa inevitabilidade constituísse uma filosofia político-linguística.

Que é, na verdade, o que parece quando se tenta, no século XXI, erigir como pensamento de bom senso o privilegiamento da importância do português (e já agora do inglês) como instrumento exclusivo do desenvolvimento económico e científico (e não apenas em África) e de ascensão social em detrimento das línguas maternas da maioria da população, como se o desenvolvimento humano, social e cultural fosse incompatível com o desenvolvimento económico, científico e tecnológico. Do que resulta, em última instância, a implementação de um processo de desenvolvimento com a exclusão da maioria das populações – o que, aliás, tem sido prática das elites africanas, deslumbradas com os benefícios do Estado-nação e com aquilo que alguns “africanistas” – felizmente cada vez menos – por vezes designam como *modernidade*...

Portanto, não apenas razões de ordem política (ausência de políticas linguísticas), mas ainda económico-ideológica, acentuadas pela dinâmica da globalização, confluem para a inércia do desenvolvimento das línguas locais, no seu relacionamento com a língua oficial. Quando se fala de relações entre a língua portuguesa e as línguas locais, muitas vezes folclorizadas, deveriam relevar deste tema outras questões que constituem seus corolários: diálogo intercultural, respeito pela diferença e unidade na diversidade consignadas na *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos* (Barcelona, 1996). Em contextos comunitários tão heterogêneos, em que não se reconhece a existência de um Estado com múltiplas "nações" ou muitos segmentos, da pretensão de legitimidade à construção de uma mitologia justificadora de hegemonias vai um pequeno passo.

É que uma língua, todos concordamos, se desenvolve e se enriquece pelo *uso* que lhe dão os seus falantes; línguas não úteis tendem a desaparecer. A ideia "romântica" de que o povo a tudo resiste é um mito necessário do discurso nacionalista, porém nefasto quando confrontado com a realidade: como é hoje de conhecimento geral, as línguas desaparecem se a sua preservação não for implementada, com acções concretas. O linguista Jean Calvet, no seu livro *Linguistique et Colonialisme*, refere-se às forças produtivas como factor de desenvolvimento linguístico, para concluir que "cada sociedade tem a linguística das suas relações de produção" (CALVET, 1974, p. 39). Daí a importância de se prestigiar a língua atribuindo-lhe *direito de cidade*, para encetar um trabalho de dignificação que passa pela sua elevação a língua útil na sociedade, com mais-valia social: na escola, na igreja, na administração. Na verdade, não basta que as línguas sejam línguas "do campo, do lar e do amor", como acerca da língua mirandesa disse Leite de Vasconcelos (1900)...

Por outro lado, línguas que não se fixam morrem: a imortalidade das línguas é um mito que a história universal tem desmontado. Eis porque o trabalho de estudo científico-cultural, e legal, sobre as línguas é importante. É disso que fala o etnolinguista sul-africano Jabulani S. Maphalala quando, no seu artigo sobre o futuro das línguas africanas, afirma:

African languages are facing extinction unless African governments on the African continent pass legislations which will oblige all people of African ancestry and any

foreigner living in Africa to use them in education, commerce and government. (MAPHALALA, 2005, p. 363)¹⁶

Assim, discriminar línguas, e os seus falantes, por causa do seu nível “inferior” de codificação ou actualização (como na experiência acima relatada) é partir do princípio de que há línguas mais intrinsecamente aptas à Cultura e à Ciência do que outras (por isso a expressão “língua de cultura” é um dos mais perigosos equívocos desta problemática). Porque uma democracia participativa, expressão que, em rigor, deveria ser um pleonasma grosseiro, não se realiza sem ter em conta o veículo de participação dos cidadãos, não só porque estes “outros” falantes podem não entender as mensagens na língua oficial (e há inúmeros exemplos desses!), mas também, e principalmente, porque às populações deve ser possibilitado o exercício do direito de *tomar a palavra* para fazer reivindicações e exigências de acordo com as suas necessidades e os seus interesses. Caso contrário, limitar-se-ão a apoiar e a concordar com tudo, sobretudo se for dito em língua e linguagem não acessíveis... Porque não dominar a língua em qualquer situação é ser-se meio-cidadão...

Para além de objectivos de difusão da língua portuguesa e da implementação de programas de desenvolvimento da competência dos falantes, o desafio dos Estados deve consistir também no reconhecimento de uma falar local, para harmonizar a complementaridade entre a língua portuguesa e as línguas locais, em grande parte línguas bantu, mas também línguas crioulas, de forma ao reconhecimento da sua *africanização* – isto é, para que a *localização* do português deixe de funcionar como marcador de desprestígio e se evitem políticas endoglóssicas.

4. Breves considerações finais

A língua é a nacionalidade do pensamento como a pátria é a nacionalidade do povo.

José de Alencar

Falar desta questão da língua em África é referir, em última instância, a implementação dos direitos cívicos, a pedagogia da diferença, a reconstrução identitária, subjectiva

¹⁶ As línguas africanas estão em ameaça de extinção, a menos que os governos africanos no continente africano estabeleçam leis que obriguem todos os povos de ascendência africana e qualquer estrangeiro a viver em África a usá-las na educação, no comércio e no governo (MAPHALALA, 2005, p. 363). (tradução livre).

ou comunitária, que se fragmentou de forma inexorável durante, sobretudo, períodos marcados por monolitismos políticos ou décadas de guerra civil, no caso de três dos Cinco países. Começar pelas línguas pode ser produtivo, pela exposição das relações de poder entre as línguas em presença em África: afinal, a língua é a nacionalidade do pensamento, como já dizia o brasileiro José Alencar (1965), numa resposta a Pinheiro Chagas que o acusava de "falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português, por meio de neologismos arrojados e injustificáveis, de insubordinações gramaticais" (CHAGAS, 1868, p. 221), lá nos idos de Oitocentos – ao que responderia Alencar de forma lapidar em afirmação que resgato da epígrafe: "A língua é a nacionalidade do pensamento como a pátria é a nacionalidade do povo" (ALENCAR, 1965, p. 1).

Não se pretende, com a defesa da urgência do respeito e a promoção da heterogeneidade linguística, promover o relativismo extremo, na esteira de um multilinguismo *hipercrítico*, nefasto em países carentes de recursos humanos e materiais. Há, para citar Michel Wiewiorka (2002), que conciliar "a dialéctica do múltiplo e do uno, da diversidade das culturas e da democracia" (2002, p. 119). O que se pretende é chamar a atenção para a preparação de condições que levem, mesmo que a longo prazo, à exequibilidade de uma política que respeite e promova a pluralidade cultural ou linguística (tal como a política ou ideológica, embora esta não caiba no âmbito da presente reflexão). A pertinência desta reflexão fundamenta-se na promoção de sociedades inclusivas, em que diversificados tipos de *saber-sentir* linguístico possam participar na construção da diversidade linguística e para a harmonização social e a coesão nacional.

REFERÊNCIAS

ACHEBE, C. English and the African Writer. In: *Transition*, No. 75/76, The Anniversary Issue: Selections from *Transition*, 1961-1976 (1997).

ALENCAR, J. Pós-escrito. *Diva*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1965.

CABRAL, A. A questão da língua. Combater o oportunismo na cultura. In: *Jornal Nô Pintcha* (Bissau), fev. 1976a.

_____. A questão da língua. A questão da língua portuguesa. In: *Jornal Nô Pintcha* (Bissau), fev. 1976b.

CALVET, J. L. *Linguistique et colonialisme: petit traité de glottophagie*. Paris: Éditions Payot, 1974.

CASTRO, I. Língua Oficial. In: Fernando Cristóvão (coord.) *Dicionário temático da lusofonia*. 2ª ed. Lisboa: Texto Editores, Lda. 2007.

CAVACAS, F. M. *O texto literário e o ensino da língua em Moçambique*. 1994. Dissertação (Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas) – UNL. Lisboa/Maputo: Coleção Sete, 1994.

COUTO, M. Lusofonia – história ou conveniência? *Litterata – Revista do Centro de Estudos Portugueses Hélio Simões*. Universidade Estadual de Santa Cruz/Departamento de Letras e Artes. Nº 2 (2000-2001). Ilhéus: 2001.

GUIBERNAUT, M. *Nacionalismos: o Estado nacional e o nacionalismo no século XX* (1996). Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1997.

MARIANI, B. *Colonização Linguística: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (Século XVIII)*. Campinas: Pontes Editores, 2004.

MAPHALALA, J. S. "African Languages: Obstacles to Internationalism or Additional Wealth for the World?". Un avenir pour les langues africaines. Issiaka Mandé & Blandine Stefanson (éds.). *Leshistoriens africaines et la mondialisation/African Historians and Globalization*. Bamako: AHA/Paris: Karthala, 2005.

MBEMBE, A. L'universalité de Frantz Fanon. *Frantz Fanon Œuvres*, Paris: La Découverte, 2011. Disponível em: http://www.lepoint.fr/grands-entretiens/frantz-fanon-au-nom-des-damnes-de-la-terre-05-12-2011-1403906_326.php. Acesso em Fevereiro de 2015.

MOURALIS, B. *Littérature et development*. Paris: Silex Éditions/ Agence Culturelle de Coopération et Technique, 1984.

PINHEIRO, C. *Literatura brasileira. Novos ensaios críticos*. Porto: Viúva Moré, 1868.

SANTOS, Boaventura de Sousa . “Entre Próspero e Caliban . Colonialismo, Pós-colonialismo e interidentidade” . *Novos Estudos CEBRAP*, no 66, Julho 2003, p. 24-29. Disponível em http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/100/20080627_entre_prospero_e_caliban.pdf. Acesso em Novembro de 2017.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28a ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

THIONG’O, N. *The Language of African Literature*. In: Patrick Williams and Laura Chrisman, *Colonial Discourse and Postcolonial Theory*. New York/London: Harvester Wheatsheaf, 1994.

VERA CRUZ, E. C. *O Estatuto do Indigenato – Angola: a legalização da discriminação na colonização portuguesa*. Luanda: Chá de Caxinde, 2006.

VASCONCELLOS, J. L. *Estudos de Philologia Mirandesa*. vol. I. Lisboa Imprensa Nacional, 1900. (Edição da Câmara Municipal de Miranda do Douro, 1992)

VIEIRA, L. Lourentino, *Dona Antónia de Sousa Neto & Eu*. Luanda: UEa, 1981.

WIEVIORKA, M. *A diferença*. Lisboa: Fenda, 2000.

Abstract

“Colonialism” and linguistic decolonization’s epistemologies: a reflection from Africa

One of the most effective space of colonial domination has always been language. In the case of the Portuguese colonialism, it was exclusively through the Portuguese language that a black African could be considered as a cidadão or an indígena, according to discriminatory laws (which were being changed through the times until reaching the so-called “Portuguese Indigenous Statue in Guinea, Angola and Mozambique”, 1954). The Portuguese language was therefore the only linguistic vehicle of citizenship, thus restricting the use of ethnic languages – considered, in a demeaning way, dialects – in formal and official public spaces. This situation has been extended to the linguistic policies of the postcolonial States. The present paper aims to reflect on this colonial heritage, by revealing the meanderings of the epistemology of decolonization and on the conditions of language awareness of the power relations among different languages in Africa (European and native), mainly in the five African Portuguese-speaking countries.

Keywords: *colonization, Africa, Portuguese language, linguistic decolonization.*